



# XINGU RIO

## TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 23.093.056/0001-33

### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

**Prezados Acionistas,**  
A **Xingu Rio Transmissora de Energia S.A. ("XRTE" ou "Sociedade")** apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, com os Relatórios dos Auditores Independentes referente ao exercício de 2016.

#### 1) A SOCIEDADE

A Xingu Rio Transmissora de Energia S.A. ("Sociedade" ou "XRTE"), foi constituída em 07 de agosto de 2015 e é uma sociedade anônima fechada, de capital privado, com o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essas atividades são regulamentadas pela ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica). A Sociedade é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH), esta que é subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

#### 2) SETOR ELÉTRICO - SEGMENTO DE TRANSMISSÃO

A receita do setor de transmissão no Brasil tem origem nos leilões de transmissão promovidos pelo Ministério de Minas e Energia, por meio da Agência Reguladora (ANEEL) e tem um marco regulatório completo e consistente, o que garante que as transmissoras tenham mecanismos de revisões e reajustes tarifários periódicos, operacionalizados pela própria ANEEL (anualmente e nas revisões periódicas das receitas aprovadas). Nesse contexto, mesmo com incertezas no segmento de energia no mercado

brasileiro, a Sociedade espera manter a geração de caixa e margem positiva de suas operações. O segmento de transmissão de energia deve permanecer como o de menor risco do setor, pois o recebimento de sua receita é baseado na disponibilidade de ativos.

Dados técnicos da concessão (a serem construídas):

Extensão de linhas em km: 2.518  
Tensão em kV: 800/500  
Subestações: 3

#### 3) DESEMPENHO FINANCEIRO

##### 3.1) Desempenho econômico-financeiro

	2016	2015
• Liquidez geral	9,38	19,73
• Liquidez corrente	3,19	229,47
• Relação patrimônio líquido/ativo	89,34%	94,93%
• Relação passivo não circulante/ativo	5,78%	4,93%
• Rentabilidade do patrimônio líquido	(5,73%)	(4,99%)
• Relação lucro operacional/Patr. Líquido	(5,57%)	(4,83%)

#### 4) GOVERNANÇA CORPORATIVA

A cada ano a Sociedade busca ser mais inclusiva. A Sociedade vem aperfeiçoando seu sistema de gestão, buscando as melhores práticas de governança corporativa, atuando com ética e respeito para com seus acionistas e demais partes interessadas.

Iniciativas como a Semana da Saúde e do Bem Estar foram levadas para todas as regionais da empresa além de sua sede no Rio de Janeiro. A promoção de eventos para a criação de um bom ambiente de trabalho. O Programa de

Liderança, contando com a participação de todos os seus executivos, diretores e gerentes também vem sendo incentivado e aprimorado. Nosso objetivo é o de buscar cada vez mais transparência nas informações e o alinhamento de todas as equipes de forma a garantir total sintonia com os propósitos do Grupo.

#### 5) RESPONSABILIDADE AMBIENTAL E SOCIAL

A Sociedade vem operando em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. Na fase de operação de seu empreendimento, são desenvolvidos Programas Ambientais visando mitigar e compensar os impactos ao meio ambiente. A Sociedade também participa de ações sociais junto à Sociedade.

#### 6) AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos aos membros da Diretoria e Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da sociedade. Nossos especiais reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional. Também queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos prestadores de serviços, usuários, entidades financeiras, seguradoras, demais agentes do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente, colaboraram para o êxito das atividades da Sociedade e para o cumprimento da nossa missão de concessionária.

Rio de Janeiro, 10 de março de 2017

A Administração

### BALANÇO PATRIMONIAL - 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em reais)

Ativo	Nota	2016	2015	Passivo	Nota	2016	2015
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	87.121.917	5.030.797	Fornecedores	8	24.180.836	15.000
Despesas antecipadas	6	1.121.332	1.121.332	Tributos e contribuições sociais		564.477	813
Impostos a recuperar		617.724	-	Salários e encargos sociais	9	3.290.147	11.021
Outras contas a receber		461.081	5.527			<b>28.035.460</b>	<b>26.834</b>
		<b>89.322.054</b>	<b>6.157.656</b>	<b>Não circulante</b>			
<b>Não circulante</b>				Outras contas a pagar		104.759	1.056
Despesas antecipadas	6	2.429.552	3.550.883	Tributos diferidos	10	33.140.366	988.222
Depósitos judiciais e cauções		36.000	-			<b>33.245.125</b>	<b>989.278</b>
Ativo financeiro amortizável	7	483.043.921	10.358.291				
		<b>485.509.473</b>	<b>13.909.174</b>	<b>Patrimônio líquido</b>			
				Capital social	11.a	543.001.000	20.001.000
				Prejuízos acumulados	11.b	(29.450.058)	(950.282)
						<b>513.550.942</b>	<b>19.050.718</b>
						<b>574.831.527</b>	<b>20.066.830</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>574.831.527</b>	<b>20.066.830</b>	<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>574.831.527</b>	<b>20.066.830</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

### DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em reais)

	Nota	2016	2015
Receita operacional líquida	12	276.815.260	9.400.150
Custo da operação	13	(293.969.466)	(10.269.818)
<b>Prejuízo bruto</b>		<b>(17.154.206)</b>	<b>(869.668)</b>
Despesas			
Gerais e administrativas	14	(11.428.883)	(50.498)
<b>Resultado antes do resultado financeiro</b>		<b>(28.583.089)</b>	<b>(920.166)</b>
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	15	4.277.183	-
Despesas financeiras	15	(388.423)	(35)
		<b>3.888.760</b>	<b>(35)</b>
<b>Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>(24.694.329)</b>	<b>(920.201)</b>
Imposto de renda e contribuição social			
Diferido	16	(3.805.447)	(30.081)
<b>Prejuízo do exercício</b>		<b>(28.499.776)</b>	<b>(950.282)</b>

As notas explicativas são parte das demonstrações financeiras

### DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em reais)

	2016	2015
Prejuízo do exercício	(28.499.776)	(950.282)
Outros resultados abrangentes líquidos a serem reclassificados para o resultado do exercício em períodos subsequentes	-	-
Outros resultados abrangentes líquidos não reclassificados para o resultado do exercício em períodos subsequentes	-	-
<b>Total de resultados abrangentes</b>	<b>(28.499.776)</b>	<b>(950.282)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

### DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em reais)

	2016	2015
Atividades operacionais		
Prejuízo do exercício antes dos impostos	(24.694.329)	(920.201)
Outras provisões	104.759	-
(Aumento) redução nos ativos operacionais:		
Ativo financeiro amortizável	(472.685.630)	(10.358.291)
Despesas antecipadas	-	(4.672.215)
Impostos a recuperar	(617.724)	-
Outras contas a receber	630.777	(5.527)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores	24.165.836	15.000
Tributos e contribuições sociais	29.332.290	958.954
Salários e encargos sociais	-	11.021
Outros passivos	2.855.141	1.056
<b>Fluxo de caixa aplicado pelas atividades operacionais</b>	<b>(440.908.880)</b>	<b>(14.970.203)</b>
Atividades de financiamento:		
Aumento de capital	523.000.000	20.001.000
<b>Fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamento</b>	<b>523.000.000</b>	<b>20.001.000</b>
<b>Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>82.091.120</b>	<b>5.030.797</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>	<b>5.030.797</b>	<b>-</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício</b>	<b>87.121.917</b>	<b>5.030.797</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

competência. **3.8. Receita operacional: Receita de construção:** A Sociedade contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: **(i)** a atividade fim da Sociedade é a transmissão de energia elétrica; **(ii)** toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, e **(iii)** a Sociedade terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais, se houver. **Remuneração de ativos financeiros:** Corresponde a remuneração pela taxa de desconto, que compreende a taxa interna de retorno do projeto, do fluxo incondicional de recursos estabelecido pelo poder concedente por meio da RAP. **3.9. Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Sociedade se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros. A Sociedade não mantém ativos ou passivos financeiros derivativos e não identifica contratos com características de derivativos embutidos separáveis. **3.10. Meio ambiente:** Os custos socioambientais, previstos na legislação ambiental, são avaliados e estimados durante a construção do empreendimento e registrados no ativo imobilizado até o final da construção e serão depreciados pelo prazo de concessão. **3.11. Fluxo de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. **3.12. Transações com partes relacionadas:** As transações com partes relacionadas foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes aos de mercado. Certas transações, por possuírem características e condições únicas e/ou específicas, portanto não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

#### 4. NOVOS PRONUNCIAMENTOS TÉCNICOS E INTERPRETAÇÕES

O *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu as determinadas normas que ainda não haviam entrado em vigor até a data da emissão das demonstrações financeiras. Enquanto aguarda a aprovação destas normas internacionais pelo CPC, a Sociedade está procedendo a sua análise sobre os impactos desses novos pronunciamentos, caso haja, em suas demonstrações financeiras.

#### 5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2016	2015
Caixa e depósitos bancários	11.263	5.030.797
Aplicações financeiras	87.110.654	-
	<b>87.121.917</b>	<b>5.030.797</b>

As aplicações financeiras, classificadas como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, são do tipo CDB, remuneradas pelo CDI.

continua →

#### 1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Xingu Rio Transmissora de Energia S.A. ("Sociedade" ou "XRTE"), foi constituída em 07 de agosto de 2015 e é uma sociedade anônima de capital fechado, com o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essas atividades são regulamentadas pela ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica. A Sociedade tem a sua sede na Avenida Presidente Vargas, nº 955 - 13º andar, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro e é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. ("SGBH" ou "Grupo SGBH"), que é subsidiária da State Grid Corporate of China ("SGCC"), localizada em Pequim, na República Popular da China. **1.1. Da concessão:** Em 17 de julho de 2015, a SGBH sagrou-se vencedora do Leilão ANEEL nº 007/2015 com receita anual permitida (RAP) no valor de R\$988.030.985 e deságio de 19% frente à RAP máxima apresentada pela ANEEL. O contrato de concessão foi assinado em 22 de outubro de 2015. A Sociedade prevê entrar em operação em dezembro de 2019. O projeto da Sociedade consiste na implantação e exploração do empreendimento composto pelas seguintes instalações de transmissão de energia nos estados do Pará, Tocantins, Goiás, Minas Gerais e Rio de Janeiro: (i) Estação conversora de corrente alternada em contínua e vice-versa, na tensão CA de 500kV e ± 800kV junto à Subestação Xingu, no Estado do Pará; banco de transformadores conversores, equipamentos de compensação reativa e filtros de harmônica; reatores de alisamento; módulos de conexão de equipamentos, interligação de barramentos, barramentos e respectivo eletrodo de aterramento e correspondente linha de eletrodo. (ii) Subestação Terminal Rio, no Estado do Rio de Janeiro, com pátio em 800kV para receber a estação conversora e seus equipamentos e pátio em 500kV com dois compensadores síncronos de (150/75) Mvar, conectados por um banco de (3x100) MVA de transformadores monofásicos e uma unidade de reserva de 100 MVA e dois transformadores 500/13,8kV - 40 MVA, para atender os serviços auxiliares. (iii) Estação conversora de corrente alternada em corrente contínua e vice-versa, na tensão CA de 500kV e ± 800kV, junto à Subestação Terminal Rio; banco de transformadores conversores; equipamentos de compensação reativa e filtros de harmônicas; reatores de alisamento; módulos de conexão de equipamentos, interligação de barramentos, barramentos e respectivos eletrodo de aterramento e correspondente linha de eletrodo. (iv) Linha de transmissão em corrente contínua em ±800kV entre as subestações Xingu e Terminal Rio, bipolo simples, com extensão aproximada de 2.518km com um cabo de para-raios em fibra óptica. (v) Primeiro e segundo circuitos da Linha de Transmissão em 500kV entre as subestações Terminal Rio e Nova Iguaçu, em dois circuitos simples, com extensão aproximada de 30km. (vi) Instalações vinculadas e demais instalações necessárias a funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. O empreendimento está em fase de estudos e obtenção das licenças ambientais.

#### 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária ("Lei nº 6.404/76"), que incluem os dispositivos introduzidos, alterados e revogados pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007 ("Lei nº 11.638/07"), e pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009 ("Lei nº 11.941/09"), e dos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. Adicionalmente, a Sociedade considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCP 07 na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. **Aprovação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram autorizadas pela Administração em 10 de março de 2017. **2.2. Base de elaboração:** As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor e apresentam arredondamentos em algumas apresentações. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos apresentados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. No exercício de 2015 a ANEEL promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico 2015, contendo o plano de contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de informações econômicas, financeiras e socioambientais, resultando em importantes alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis, às empresas do setor. As normas contidas no

referido Manual foram de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2015. **2.3. Estimativas e premissas:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A Sociedade revisa suas estimativas pelo menos anualmente. **2.4. Conversão de saldos em moeda estrangeira:** A moeda funcional da Sociedade é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. **2.5. Classificação circulante e não circulante:** Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalentes de caixa. Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses. Os demais ativos e passivos são classificados no não circulante.

#### 3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

**3.1. Caixa e equivalentes de caixa:** O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação. **3.2. Ativo financeiro amortizável:** De acordo com o ICPC 01 (R1) Contratos de concessão, as infraestruturas desenvolvidas no âmbito dos contratos de concessão não são reconhecidas como ativos fixos tangíveis ou como uma locação financeira, uma vez que o concessionário não possui a propriedade, tampouco controla a utilização dessa infraestrutura, passando a ser reconhecidas de acordo com o tipo de compromisso de remuneração a ser recebida pelo concessionário. No caso dos contratos de concessão de transmissão de energia, entende-se que o concessionário tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização das infraestruturas abrangidas pela concessão na utilização do modelo de ativo financeiro, classificado como "recebíveis" e registrado ao valor justo. Os ativos financeiros amortizáveis incluem os valores a receber decorrentes dos serviços de desenvolvimento de infraestrutura, da receita financeira e dos serviços de operação e manutenção. Na aplicação do ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, que define as regras de mensuração e contabilização do ativo financeiro é necessário que os CPC 17 - Contratos de Construções, CPC 30 - Reconhecimento das receitas e CPC 38 - Instrumentos financeiros - reconhecimento e mensuração sejam aplicados em conjunto. **3.3. Provisão para redução ao valor recuperável ("impairment"):** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros e financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflete o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. **3.4. Imposto de renda e contribuição social: Correntes:** O imposto de renda é apurado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem a R\$240.000 no período de 12 meses, enquanto que a contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência, portanto, a adição ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis, ou exclusão de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos. **Diferidos:** Impostos diferidos são gerados por diferenças temporárias, entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos por diferenças tributáveis temporárias. **3.5. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado. **3.6. Outros ativos e passivos:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Sociedade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, itens com liquidação superior são demonstrados como não circulantes. **3.7. Apuração do resultado:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de



# XINGU RIO

## TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 23.093.056/0001-33



### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em reais)

#### 6. DESPESAS ANTECIPADAS

	2016	2015
Apropriação de seguro patrimonial	3.550.884	4.672.215
	<b>3.550.884</b>	<b>4.672.215</b>
Circulante	1.121.332	1.121.332
Não circulante	2.429.552	3.550.883
Saldo refere-se ao seguro de garantia contratado junto à Austral Seguradora, amortizado de acordo com a vigência da apólice, e vencimento em 1º de março de 2020 (Nota explicativa 18).		

#### 7. ATIVO FINANCEIRO AMORTIZÁVEL

	2016	2015
Saldo inicial	10.358.291	—
Adições	472.685.630	10.358.291
Saldo final	<b>483.043.921</b>	<b>10.358.291</b>

A Sociedade reconheceu um recebível de concessão de serviço conforme o valor atual dos pagamentos mínimos anuais garantidos a serem recebidos do poder concedente. A taxa utilizada pela Sociedade para remunerar o ativo financeiro reflete o custo de oportunidade de um investidor à época da tomada de decisão de investir nos ativos de transmissão, e é apurado comparando o retorno esperado com o valor do investimento. As concessões das linhas de transmissão de energia da Sociedade são remuneradas pela disponibilidade de suas instalações de transmissão, integrantes da Rede Básica e das demais instalações de transmissão, não estando vinculada à carga de energia elétrica transmitida, mas sim ao valor homologado pela ANEEL quando da outorga do contrato de concessão.

#### 8. FORNECEDORES

	2016	2015
Fornecedores relacionados à construção	12.067.006	—
Fornecedores relacionados à construção - Partes relacionadas	10.853.360	—
Prestadores de serviços	162.035	15.000
Gastos ambientais e fundiários	1.088.933	—
Outros	9.502	—
Saldo final	<b>24.180.836</b>	<b>15.000</b>

#### 9. SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS

	2016	2015
Férias	975.353	3.496
Tributos retidos na fonte sobre salários	301.363	2.152
Encargos sociais a pagar	427.301	5.373
Bônus	1.586.130	—
Saldo final	<b>3.290.147</b>	<b>11.021</b>

#### 10. TRIBUTOS DIFERIDOS PASSIVOS

	2016	2015
PIS diferido	5.227.350	170.912
COFINS diferido	24.077.489	787.230
Imposto de renda diferido	2.820.241	22.118
Contribuição social diferida	1.015.286	7.962
	<b>33.140.366</b>	<b>988.222</b>

Os saldos são referentes a: (i) registros contábeis da movimentação do ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão que será realizado na proporção das operações, considerando a receita e custos de operação realizados e depreciação do ativo imobilizado da concessão; (ii) PIS e COFINS sobre a receita de construção (registrada de acordo com o CPC 17 - Contratos de Construção). Será realizada de acordo com o recebimento da receita da referida obras (ativo imobilizado da concessão).

#### 11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) **Capital social:** Em 07 de agosto de 2015 foi aprovada a constituição da Sociedade por meio da Ata de Assembleia Geral de Constituição, com a emissão de 1.000 ações ordinárias no valor de R\$1 cada, totalizando R\$1.000. Em 28 de outubro de 2015 houve aumento de capital em R\$20.000.000, mediante a emissão de 20.000.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1 cada, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada naquela data. Em 07 de março de 2016 foi aprovado o aumento de capital em R\$34.000.000, mediante a emissão de 34.000.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1 cada, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada naquela data. Em 29 de abril de 2016 houve aumento de capital em R\$466.000.000, mediante a emissão de 466.000.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1 cada, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada naquela data. Em 03 de novembro de 2016 houve aumento de capital em R\$23.000.000, mediante a emissão de 23.000.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1 cada, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada naquela data. 31 de dezembro de 2016, o capital social subscrito e integralizado da Sociedade é de R\$543.001.000 (R\$20.000.000 em 31 de dezembro de 2015), dividido em 543.001.000 (R\$20.000.000 em 31 de dezembro de 2015) ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1 cada. A composição do capital social subscrito da Sociedade é como se segue:

SGBH	99,99%
International Grid Holding Limited	0,01%
	<b>100%</b>

b) **Prejuízos acumulados:** A Lei nº 6.404/76, no parágrafo único do art. 189, determina que o prejuízo do exercício seja apresentado na conta de prejuízos acumulados e deverá obrigatoriamente ser absorvido pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucro e pela reserva legal, nessa ordem. A Sociedade não possui reservas de lucro a serem absorvidas. Em 31 de dezembro de 2016 o prejuízo acumulado da Sociedade é de R\$29.450.058 (R\$950.282 em 31 de dezembro de 2015).

#### 12. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2016	2015
Receita operacional bruta		
Remuneração dos ativos da concessão	11.192.491	88.474
Receita de construção	293.969.466	10.269.818
	<b>305.161.957</b>	<b>10.358.292</b>
Deduções da receita operacional		
PIS diferido	(5.056.438)	(170.912)
COFINS diferido	(23.290.259)	(787.230)
	<b>(28.346.697)</b>	<b>(958.142)</b>
Receita operacional líquida	<b>276.815.260</b>	<b>9.400.150</b>

#### 13. CUSTO DA OPERAÇÃO

	2016	2015
Custo de construção	(293.969.466)	(10.269.818)
Total do custo da operação	<b>(293.969.466)</b>	<b>(10.269.818)</b>

#### 14. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	2016	2015
Pessoal	(7.069.873)	(33.442)
Honorários e encargos	(672.765)	—
Serviços de terceiros	(2.048.374)	(15.000)
Viagens	(839.655)	—
Outros	(798.216)	(2.056)
Total das despesas gerais e administrativas	<b>(11.428.883)</b>	<b>(50.498)</b>

#### 15. RESULTADO FINANCEIRO

	2016	2015
Receitas financeiras		
Receitas de aplicações financeiras	4.277.163	—
Outras	20	—
	<b>4.277.183</b>	

Despesas financeiras		
PIS sobre aplicações financeiras	(27.802)	—
COFINS sobre aplicações financeiras	(171.087)	—
Multas e juros	(129.090)	—
IOF	(60.444)	—
Comissão bancária	—	(35)
	<b>(388.423)</b>	<b>(35)</b>
Resultado financeiro	<b>3.888.760</b>	<b>(35)</b>

#### 16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	2016	2015
Diferido		
Imposto de renda	(2.798.123)	(22.118)
Contribuição social	(1.007.324)	(7.963)
Total do imposto de renda e da contribuição social diferidos	<b>(3.805.447)</b>	<b>(30.081)</b>

Em 2016, a Sociedade calculou o imposto de renda e a contribuição social diferidos, como demonstrado a seguir:

	2016		2015	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Impostos diferidos				
Remuneração dos ativos da concessão	11.192.491	11.192.491	88.474	88.474
Base de cálculo total	11.192.491	11.192.491	88.474	88.474
% do imposto (*)	25%	9%	25%	9%
Total	<b>2.798.123</b>	<b>1.007.324</b>	<b>22.118</b>	<b>7.963</b>

(\*) A aplicação das alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 para o imposto de renda e 9% para a contribuição social incidentes sobre o lucro tributável.

#### 17. MEIO AMBIENTE

A Portaria nº 421/2011 estabelece procedimentos para o licenciamento e a regularização ambiental federal de sistemas de transmissão de energia elétrica. Dentre eles, a elaboração do Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) com base no Termo de Referência emitido pelo órgão ambiental competente. Os custos ambientais ocorridos no exercício estão diretamente relacionados à elaboração dos estudos ambientais, entre outras etapas do licenciamento relacionadas à obtenção da Licença Prévia, conforme determinado pelo órgão regulador ambiental. O total de custos com meio ambiente no exercício de 2016 foi de R\$ 6.699.085 (R\$ 614.930 no exercício de 2015).

#### 18. SEGUROS

A Sociedade possui um contrato de seguro garantindo a indenização, até o valor fixado na apólice, pelos prejuízos decorrentes do inadimplemento das obrigações assumidas pela Sociedade no contrato principal, oriundo do Edital do Leilão nº 007/2015-ANEEL, bem como multas e indenizações devidas à Administração Pública. A garantia de indenização, na modalidade de construção, fornecimento ou prestação de serviços, é de até a importância segurada no montante de R\$700.000.000, com fim da vigência em 1º de março de 2020.

#### 19. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas estão resumidas como segue:

Partes relacionadas	Natureza de operação	2016	2015
Ativo circulante			
Outra contas a receber			
CET Brazil Transmissão de Energia Ltda. (a)	Nota de débito	75.000	—
		<b>75.000</b>	<b>—</b>
Passivo circulante			
Fornecedores			
CET Brazil Transmissão de Energia Ltda. (b)	Serviços de construção	10.299.000	—
XPTT Brasil Construção de Sistemas de Energia Elétrica Ltda. (b)	Serviços de construção	554.360	—
		<b>10.853.360</b>	<b>—</b>
Passivo não circulante			
Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A. (c)	Nota de débito	—	1.056
		<b>—</b>	<b>1.056</b>

(a) Refere-se aos tributos incidentes sobre o adiantamento de fornecedores realizado em 2016, a ser abatido na próxima nota fiscal.

(b) Referem-se aos saldos a pagar relacionados a prestação de serviço para a construção do projeto.

(c) Saldo de férias relativos à transferência de um funcionário entre as empresas.

#### 20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A administração dos instrumentos financeiros da Sociedade é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Sociedade é previamente aprovada pela Diretoria. Em 2016 e 2015 a Sociedade não registrou investimentos mantidos até o vencimento ou ativos financeiros disponíveis para a venda. O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros. Os instrumentos financeiros da Sociedade, constantes do balanço patrimonial, estão classificados hierarquicamente no nível 2 e apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado.

#### 20.1. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Ativos mensurados pelo valor justo	Nota	2016	2015
Caixa e equivalentes de caixa	5	87.121.917	5.030.797
Ativo financeiro amortizável	7	483.043.921	10.358.291

#### Passivos mensurados pelo custo amortizado

Fornecedores	8	24.180.836	15.000
--------------	---	------------	--------

**20.2. Gestão de risco:** As operações financeiras da Sociedade são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez, e previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco mercado que poderiam afetar o negócio da Sociedade são: a) **Riscos de taxa de juros:** Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus financiamentos indexados a taxas de juros pré-fixadas, no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Sociedade efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros. b) **Riscos cambiais:** A Sociedade faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção. c) **Risco de liquidez:** A Sociedade acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Sociedade é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade por meio de contas garantidas e financiamentos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada. A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Sociedade por meio de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Sociedade.

#### 21. CONTINGÊNCIAS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 não existem ações judiciais de qualquer natureza, conhecidas pela Administração, com base no parecer de seus assessores jurídicos, classificadas como perda provável ou possível, que impliquem registro de provisões ou divulgação.

#### 22. GESTÃO DO CAPITAL

A Sociedade utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital e monitora sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração de capital é assegurar recursos em montante suficiente para a continuidade das obras.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

#### DIRETORIA

Hongxian Cai - Diretor Presidente

Chenggang Liu - Diretor

William Marcos de Araújo - Contador - CRC RJ-109357/O-5

#### RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS BÁSICAS

Aos  
Acionistas e Diretores da  
**Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.**  
Rio de Janeiro - RJ

**Opinião**  
Examinamos as demonstrações financeiras da Xingu Rio Transmissora de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Xingu Rio Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Base para opinião**  
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**  
A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.  
Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações

financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

#### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**  
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e

executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 10 de março de 2017



**ERNST & YOUNG**  
Auditores Independentes S.S.  
CRC - 2SP015.199/F-6

**Gláucio Dutra da Silva**  
Contador CRC - 1RJ090.174/O-4